

ERA UMA VEZ UMA CERCA...

Ensaio sobre limites e abandonos

ONCE UPON A TIME, A FENCE...
Essay on limits and abandonment

Ana Elísia da Costa¹

Resumo

Abandonos urbanos são, muitas vezes, sutilmente delimitados e de difícil percepção, quer do céu, quer do chão. É sobre um desses abandonos que esse ensaio se debruça: o território de uma comunidade carente e periférica, onde uma ordem de cercamento de um remanescente de mata desencadeia reflexões sobre descasos ambientais e físico-sociais. Insubordinando-se a essa ordem, buscou-se inventar com essa comunidade modos outros de cercar, física e simbolicamente mais inclusivos. Apoiada principalmente no conceito de Terceira Paisagem e nas próprias reflexões e práticas dessa comunidade, a cerca-outra que emerge ganha espessura. Com contornos físicos e virtuais imprecisos, ela ensaia ser uma cerca ecológica, produtiva, pedagógica e autoconstruída, ressignificando assim ideias de limite e, conseqüentemente, abandonos de diversas ordens por elas impostos. A cerca emergente é uma utopia política, aberta a incertezas da vida e aos sonhos por vir.

Palavras-chave: abandono, terceira paisagem, limite, prática comunitária.

Abstract

This essay is built by a call from the city in the pandemic context, triggering a drift of views towards an architectural body: the Cais das Artes. Its objective is to apprehend, circulate and criticize the images of the Cais, reintegrating it into the urban and public imagination. The text is divided into a prologue and five sections. This montage is composed and tensioned by photographs, in an attempt to sew writing, image and thought. The aim is to explore problems, but, above all, the potential of the architectural complex, which presents itself as tensions between the dream and the abandonment, the vital ruin and the ruin of the future. In this way, the essay expresses a call for its critical visibility, its corporeal occupation, for the political struggle for its end and delivery as a cultural complex and public space.

Keywords: architecture, image, critic, ruin, Cais das Artes.

Aproximações

Desde uma imagem de satélite, se percebe um tecido urbano na periferia da região metropolitana de Porto Alegre: cidade de Gravataí - RS. Na periferia dessa periferia, delimitados entre a rodovia *Freeway* e o Rio Gravataí, emergem dois loteamentos. Arruamentos monótonos, poucas áreas verdes públicas, escassos serviços. Ocupações irregulares, clareiras na mata ciliar, depósito de lixo e assoreamentos de margens desenham as interfaces desses loteamentos com o Rio.

Em outra perspectiva, o corpo no chão não só vê, mas também sente um território em abandono. Sem infraestruturas e serviços, uma comunidade empobrecida (sobre)vive ou toca imprecisos projetos de vida. Em descaso, um rio corre, mantendo em agonia sua fauna e sua flora. Esse abandono, portanto, é físico, social e ambiental. Ele, é também simbólico, trazendo subjacente ordens que restringem a alguns o *Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001) e o *Direito ao Bem-Viver* (SUESS, 2017).

Em um dos referidos loteamentos, o Mato Alto, surge um conjunto habitacional. Sua massa edificada ordenada se assemelha a outros tantos conjuntos, mas ergue-se junto com uma mata. De perto, o que o satélite não revela é que (co)habitam ali seres da mata e uma comunidade particular, a Comunidade Autônoma Orquídea Libertária. Essa comunidade é uma reunião social que, desde 2014, constrói um projeto de vida sob princípios solidários do cooperativismo e da autogestão. Trata-se, portanto, de um movimento tático (CERTEAU, 1998) que, naquele contexto, emerge como resistência aos abandonos descritos.

A luta dessa comunidade é sentida no contato direto com os sujeitos do abandono. São homens e mulheres, idosos, adolescentes e crianças, com os quais partilhamos dores e alegrias, frustrações e esperanças, por meio de ações que articulam ensino, pesquisa e extensão universitária desde 2021². Entre as inúmeras expectativas deles, está o desejo de definir os destinos de sua mata que, por exigência da Prefeitura de Gravataí, deve ser cercada, sob o argumento de ser essa uma Área de Proteção Ambiental (APP)³.

Para além do estatuto legal de uma APP, essa mata da Orquídea é entendida aqui como uma Terceira Paisagem, conceito desenvolvido pelo paisagista francês Gilles CLÉMENT (2019). Terceiras Paisagens são resíduos ou fragmentos de mata que, após explorações agrícolas e urbanas e posteriores desusos, se regeneram. Como parcelas isoladas, elas se juntam a outros fragmentos urbanos verdes destituídos de função na lógica produtiva das cidades: margens de estradas e rios, terrenos baldios, e até pequenas superfícies permeáveis em pisos e muros. Em conjunto, esses fragmentos compõem uma *rede de abandonos* desprezados por seus valores-de-troca insignificantes, já que são áreas difíceis de acessar, ocupar e, conseqüentemente, de rentabilizar investimentos imobiliários. A despeito desse juízo, aí sementes são dispersadas, brotam, crescem, se estabilizam, aumentando a biodiversidade nas cidades. São esses abandonos, portanto, junto ao verde institucionalizado (áreas protegidas, parques e praças), reservas fundamentais para os ecossistemas urbanos, assumindo valor-de-uso.

² Em um contínuo atuar-refletir e de modo colaborativo e participativo, a *Comunidade Orquídea* se juntou a estudantes da disciplina de graduação *Projeto Arquitetônico 2* e ao *Coletivo TransLabUrb*, articulados por um projeto de extensão (Programa Junt(x)s) e um projeto de pesquisa (Objeto-de-fronteira) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ As APPs são áreas, cobertas ou não por vegetação nativa, que são protegidas para preservar rios, suas paisagens e estabilidade, facilitando a reprodução de plantas e animais e assegurando o bem-estar das populações (BRASIL, 2012).

¹ UFRGS – PROGRAU-UFPel.

Entender e intervir em Terceiras Paisagens exige ressignificar aquilo que, culturalmente, é tido como resto, sobra, marginal. Guiando-se por desejos de inclusão, acolhe-se aquilo que é abandonado ou apartado, questionando-se assim a concepção de limite que reduz o mundo das coisas a binômios antagônicos. Entre tantas realidades, limites determinam hierarquias e privilégios entre espaços – centros e periferias, construídos e naturais –; entre sujeitos – ricos e pobres, brancos e pretos, homens e mulheres, etc. –; e entre espécies – *nobres e vagabundas*, humanas e não-humanas –. Limitar, necessariamente, envolve apartar e, conseqüentemente, abandonar.

Desde essa perspectiva crítica, o urbano de Clément (2019-a) não é tido como antítese ao natural. Esses são espaços que se sobrepõem, se hibridizam, compondo um ecossistema em que humanos e não-humanos coabitam em condição de interdependência e com direitos iguais de existência. Esse urbano-outro, por sua vez, se junta ao ecossistema planetário, compondo um todo que é desobediente ao que a geografia e a burocracia insistem em delimitar. Assim, o limite em Clément é borrado, buscando lógicas integrativas e, naturalmente, dinâmicas, complexas e conflitivas. Emerge aí uma paisagem-outra para a urbanidade, uma Terceira Paisagem.

É com essa perspectiva que aquelas cenas, vistas do satélite e sentidas pelo corpo territorializado no chão, são questionadas e reexaminadas. Quais reflexões podem ser desencadeadas pelas contradições desses territórios, ao mesmo tempo abandonado e permeado por significados ecológicos e sociais? Quais enunciados e tempos a conduzir operações em territórios nessa condição? Mais especificamente, como a ordem do referido cercamento da APP-Orquídea pode ser questionada ou ressignificada, para ganhar dimensões físicas e simbólicas inclusivas?

Tais reflexões objetivam prospectar outros modos de ver cidades, especialmente suas redes de abandonos, bem como busca imaginar outros modos de fazê-las, experimentando isso por meio da construção conceitual de uma cerca-outra para a APP-Orquídea. A busca por modos renovados de reflexão e ação sobre esses tecidos se justifica por desestabilizar aquilo que se impõe como norma, aquilo que, ao padronizar, é indiferente e excludente de singularidades e diferenças.

Essa cerca-outra é construída como aproximações, o que justifica o caráter fragmentado do ensaio. Esses fragmentos são reflexões aportadas por referências teóricas e pelas experiências na Orquídea que envolveram mediações de saberes teóricos e locais e de conflitos de interesses.

O que resulta desse processo reflexivo é uma cerca que abdica de um desenho linear e rígido. Ela assume espessura com contornos indefinidos, para suportar um habitat ecológico, produtivo, pedagógico e autoconstruído. Ela, portanto, tensiona as ideias de limite e os abandonos a elas associados. A despeito de ensaiar essas possibilidades, essa cerca não é definitiva ou um modelo a seguir. Ela ainda é um *provisório*, mas um provisório que, além de suportar as incertezas do viver, quer também suportar sonhos por vir.

Aproximações - Cenas desde o céu

A mata da Orquídea que se via nas imagens de satélite possuía contornos definidos, contudo, eles foram borrados. Buscou-se reconstituir elos perdidos entre ela e a mata ciliar do Rio Gravataí. Por outro lado, buscou-se enlaçá-la com o tecido urbano do município e do seu loteamento do Mato Alto, bem como com o conjunto habitacional que a ladeava. Tratava-se de dismantelar fronteiras entre espécies humanas e não-



Figura 1 - Rio Gravataí, Gravataí-RS. Fonte: da autora. Adaptações sobre captura do Google Earth, 2022.

humanas que ali coabitavam. Perseguiu-se o desejo de incluir, como perspectiva de superação da exclusão e do abandono.

O olhar, então, deslizou sobre o rio. Em uma grande planície, via-se meandros, enormes banhados, escapes para o regime de cheias do rio. Seu curso também não obedecia a limites, formando o que institucionalmente se conhece como APA-Banhado Grande (APA-BG)⁴. Ali, também era possível perceber trechos em que o Rio foi retificado: ajustes ortogonais impostos pela racionalidade humana que, frente ao que lhe parece irregular, feio ou improdutivo, pode ser controlado ou corrigido⁵ (Figura 1).

Zoom na imagem de satélite: margens do Rio próximas ao loteamento Mato Alto do município de Gravataí. Bordas de mata ciliar descontínuas – aqui, ali e ali também – foram reveladas. Mais próximo: edificações, restos de lixo, margens erodidas. Restos de mata e rastros humanos. Sobreposição. Restos e rastros coabitavam ali, medindo forças. O humano ocupava as margens e o Rio avançava sobre elas com seu regime de cheias. O primeiro, contudo, se mostrava imperativo em seus domínios, já que a tentativa de costurar uma imagem integrativa das porções verdes remanescentes era custosa. Aceitou-se elas assim, em fragmentos, potencialmente, articuláveis. (Figura 2)

Dos tons verdes e terrosos, o olhar se prendeu aos acinzentados que desenhavam a cidade de Gravataí. Um rio de concreto, a rodovia *Freeway*, era leito para carros que corriam. Fluxo. Essa rodovia cortava o tecido urbano e definia duas margens. Centro e Periferia. No centro, infraestruturas e serviços; na periferia, carências. No centro, adensamento em meio a parques e praças; na periferia, um território frouxo, nenhuma praça ou parque, assumindo a borda do Rio o caráter de um verde marginal ou ilegal. De

4 As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são áreas de proteção da biodiversidade que buscam garantir uma ocupação sustentável (BRASIL, 2000). A APA-BG foi criada com objetivo de proteger os banhados formadores do rio Gravataí, abrangendo os municípios de Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Viamão e Gravataí (RS-SEMA, n.d.).

5 Essa retificação foi estratégia dos anos 1960, adotada para aumentar a vazão do rio em benefício à irrigação de grandes plantações de arroz que, ainda hoje, não são tributadas pelo uso dessa água.

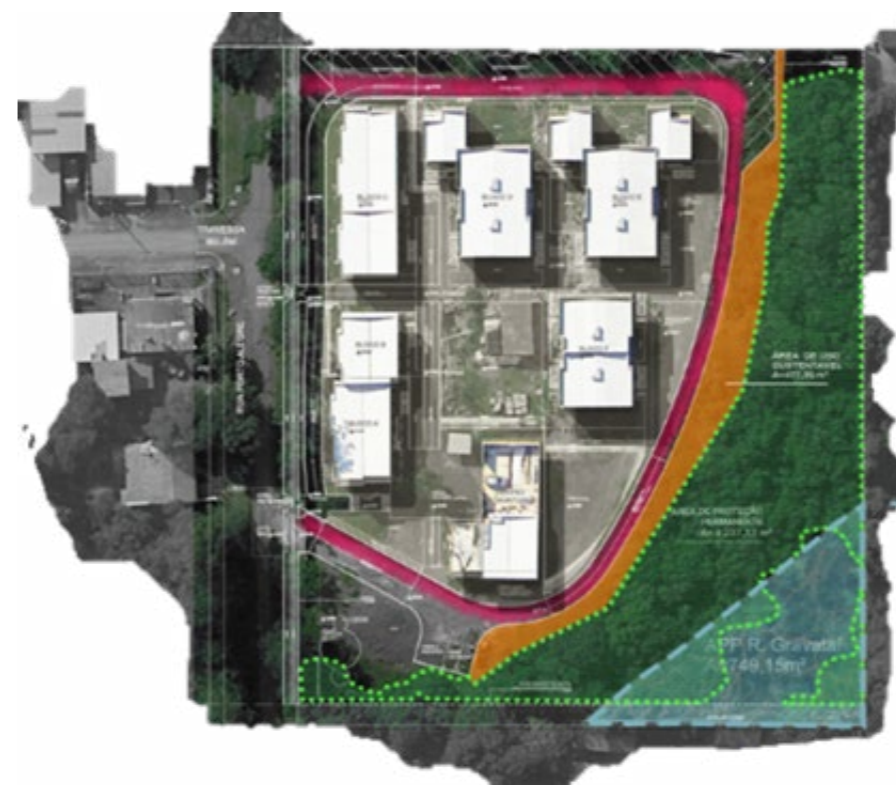


perto, os verdes centrais eram também pequenas ilhas, ora ameaçadas por ocupações irregulares; ora preservadas em condomínios privados de alto padrão. Depredação em contraste com privatização e elitização da natureza (LEFEBVRE, 2001). De perto, os verdes periféricos eram também territórios privados em lotes de fábricas e pequenas e singelas casas. (Figura 3). Quem viveria ali? Provavelmente, sujeitos que sustentavam modos possíveis (e, portanto, legítimos) de habitar. Recorrendo ao que se dá em outras periferias, era possível pensar que esses sujeitos eram carentes de sentimentos de pertença, dependentes do centro e, ao mesmo tempo, apartados dele, sutilmente impedidos de ocupá-lo ou usufruí-lo (KILOMBA, 2019) (Figura 2).

Um zoom na Orquídea revelava, de um lado, a aridez de blocos em sequência e, de outro, a exuberância de uma massa desenhada por copas de árvores. Esse verde era um privilégio, diante no cenário contemplado nas cenas anteriores. Uma via de circulação interna ao condomínio, assim como a *Freeway*, ensaiava um limite. O que seria ali centro e periferia? E mais importante, entre as espécies humanas e as não-humanas, quais estavam, inescapavelmente, sendo excluídas pela imposição desse limite?

Atentando, via-se ainda uma borda entre essa via e a mata. Essa borda remanesce das movimentações de terra que foram necessárias para a construção da via e, nela, uma cobertura vegetal se destacava pela ausência de árvores. Ela era um *entre*. Não queria se apresentar como espaço edificado e ainda não comportava feições de mata. Era um abandono remanescente da ação humana, uma Terceira Paisagem da Terceira Paisagem (CLÉMENT, 2019-a), onde a fronteira se alargava, assumindo espessura (Figura 3).

Desde o céu, em diferentes escalas de aproximação, o isolamento da mata foi sendo ressignificado. A sua preservação não deveria ser tomada como dado isolado. Ela se integrava aos inúmeros esforços para superar os abandonos a que estão sujeitos o Rio Gravataí e a APA-BG, reservas de biodiversidades no planeta. Essa preservação era também uma tática para enfrentamento dos abandonos das periferias, consolidadas por dicotomias entre espaços físicos (edificados-naturais) e sociais (privilegiados-



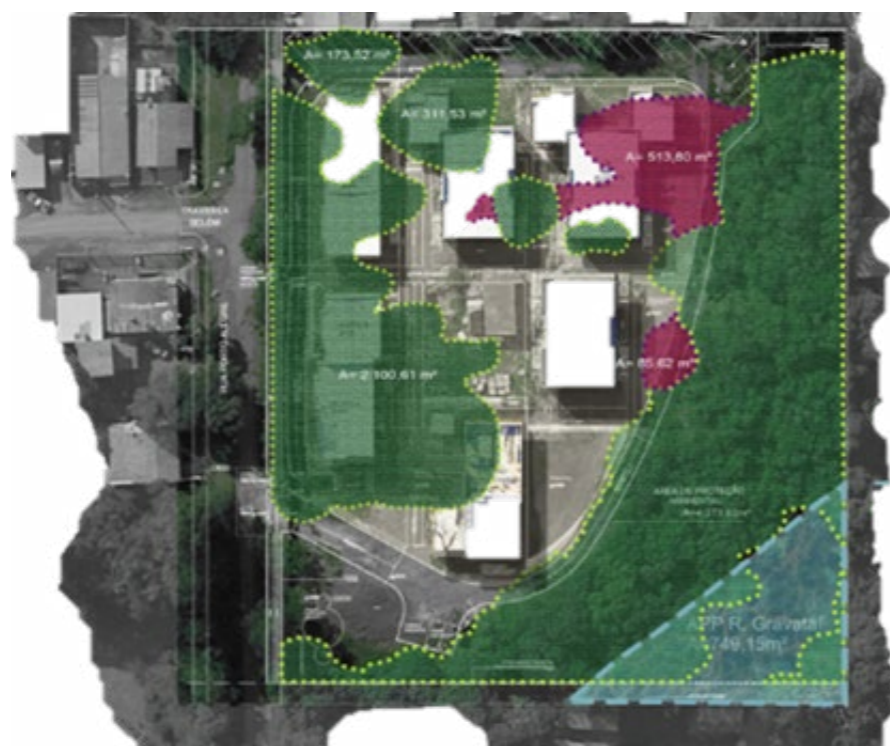
excluídos) que afetavam todas as formas de vidas presentes. Repensar os valores a guiar a preservação dessa área era oportunidade para experimentar uma construção de modos solidários de viver, uma utopia.

Essa experimentação utópica, assim como nas Terceiras Paisagens, não questionaria só o valor-de-troca das cidades, mas também *o que e, principalmente, como* preservar, contrapondo-se a modos de patrimonializar pontuais e universalizantes. Isso envolvia uma ação política (CLÉMENT, 2019-a), uma utopia política.

Se assim, questões emergiram: *como* preservar a mata da Orquídea? Como integrá-la politicamente aos ecossistemas que a envolviam? Como dismantlar a cerca a ela imposta? Esses questionamentos não deslegitimavam os mandos do cerco, mas também não se submetiam a eles, em favor da investigação de outras possibilidades de delimitar e de como delimitar. Buscava-se reinventar novos contornos, não só físicos, retílineos ou definitivos, mas também simbólicos ou virtuais, imprecisos, orgânicos e até processuais. Seriam limites construídos continuamente, por meio do diagnóstico cotidiano de conflitos e de suas mediações, conduzindo a formas sempre renovadas de delimitar e, ao mesmo tempo, de integrar territórios e vidas.

Sucessões Ecológicas

O que não se via, desde o céu ou da terra, eram as diversas camadas de ocupação do sítio da Orquídea ao longo do tempo e os conflitos dali emergentes. Do que foi possível documentar, a disputa humana pela área devastou uma mata nativa existente (PEREIRA, 2014), para viabilizar atividades agrícolas. Essas foram seguidas de abandono e, na década de 1960, de um loteamento que se estendia literalmente até a beira do rio, desconsiderando quaisquer ideais de áreas de proteção ambiental/ hoje vigentes. Em porções desse terreno, contudo, uma segunda mata se consolidou por meio de processos de sucessão ecológica (CLÉMENT, 2019-b). Ventos, pássaros e insetos dispersaram ali sementes, fixando espécies pioneiras que, por sua vez, criaram condições para fixação de espécies secundárias e outros seres. Em disputa por solo,



sol, ar e água, as espécies mais adaptadas ao local aniquilaram as mais frágeis, até chegar à estabilização de um novo ecossistema, fechado e complexo. Embates entre espécies (humanas e não-humanas), portanto, se davam ali em ciclos históricos que, entre desaparecimentos e (re)aparecimentos, compunham narrativas de resiliência.

Quando movimentos sociais que deram origem à comunidade ocuparam a área, em 2014, essas porções de mata secundária já se encontravam em estágio médio e avançado de regeneração (PEREIRA, 2014). Entre elas, remanesceram depósitos, ferros velhos e pequenas edificações. Tratava-se de uma área disfuncional na cidade, sem valor-de-troca, mas também e sobretudo, um lugar onde a vida buscou formas para se restituir.

A partir de então, ali, humanos passaram também a buscar formas de restituir modos dignos de viver. Não queriam só erguer moradias, mas construir um projeto de vida que envolvia ainda planos de educação, socialização e de cuidados com o meio-ambiente. Com um alto nível de auto-organização e gestão, conseguiram desenvolver um projeto arquitetônico em que preocupações ambientais se expressam na preservação de uma das porções da mata e ainda, na adoção de sistemas de aproveitamento de águas pluviais, de redução do consumo de energia e de tratamento do esgoto. Lavanderia e cozinha coletivas, espaço infantil e hortas, por sua vez, evidenciam preocupações com convívio social. Com esse projeto, no mesmo ano, a área foi concedida à comunidade pelo Governo Federal e a obra foi financiada.⁶

Apesar de todos esses cuidados, o extenso programa impôs que algumas porções da mata secundária fossem novamente cortadas. (Figura 4). Como forma de compensar esse gesto *depredador*, a Licença Ambiental⁷ concedida à Orquídea impôs a ela várias

6 O terreno foi gravado para fins de interesse social, por meio de Concessão Real de Uso, e o projeto, selecionado pelo Ministério das Cidades, foi financiado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades.
7 Segundo essa Licença, o terreno tinha 6.474,26m² de vegetação em estágio avançado de regeneração, devendo ser preservado 4.373,65 m² desse total, ou seja, um pouco a mais dos 50% exigidos pela Lei

medidas, entre as quais, o desenvolvimento de um programa de educação ambiental, o replantio de 340 mudas de espécies nativas e o cercamento e o não uso da mata preservada no projeto, então tida como uma APP integrante da APP do Gravataí e da APA-BG⁸.

Estava sendo constituído aí um *ecossistema* que, ao mesmo tempo, aniquilava espécies mais frágeis e buscava um reequilíbrio ambiental. Essa ocupação, portanto, não é um dado não conflitivo, pelo contrário, expressa as diversas camadas de interesse e valores, bem como de contradições, na afirmação do humano em seu território e na sua relação com outras espécies.

Cenas desde o chão

Sábado de sol. Em uma roda de conversas, mulheres da Orquídea falavam sobre suas relações com a natureza, o Rio Gravataí e a mata da Orquídea. Sobre o Rio, memórias do passado – banhos, fotos, colheita de flores – e práticas no presente – pesca, piquenique, churrasco –, mas também distanciamentos das que nunca estiveram lá, evidenciando fronteiras existentes. Sobre a mata, em consenso, havia a percepção de um território em regeneração desde a sua ocupação e, em certo sentido, a sua sacralização.

Essas narrativas não versavam só sobre o mundo, mas também o produzia (REYES; CARON; CIDADE, 2020). A mata, então (re)inventada, pode se compartilhada em depoimentos de uma dessas mulheres, especialmente por essa participar da Orquídea desde sua origem:

Ali por dentro não tinha nada de mata (...) era puro chão batido (...) as pessoas passavam e tavam compactando, vai tirando a vegetação. Era tudo aberto (...) um monte de sujeira, muito material contaminante, motor de carro, bateria, tinha um cemitério de carro velho ali.

Acho que ela *regenerou 50% do que era antes*. O biólogo (...) veio e ele disse “*nunca vi um lugar assim, desse jeito que vocês tão cuidando*. Eu trabalho em vários empreendimentos de pessoas ricas e não tem esse *cuidado que vocês têm com essa área aí*.” O biólogo ficou bem impressionado em ver como ela cresceu.

Aqui a gente tem formiga, borboleta, vagalume, grilo, sapo, tem tudo né? (...) *Eles estão indicando que ali está bom para eles viver* (COSTA, 2022, p.16-17 - Itálico da autora).

Essa regeneração se deu de modo espontâneo. As condições criadas para isso se apoiaram em um artifício simbólico, sem recorrer a um cercamento físico. A área passou a ser tratada pela comunidade como um imaginário, a *Casa 51*. Tratava-se da quinquagésima primeira unidade habitacional do condomínio, onde viviam os bichos e plantas e que, por privacidade deles, deveria se manter isolada da presença humana. O abandono aqui, portanto, possuía conotações de profundo respeito e desejo de relação pacífica entre espécies:

Federal n.º 11.428/2006 (PMG-FMMA, 2019).

8 Possuindo o Rio Gravataí entre 50 e 200 m de largura, a faixa da sua APP é de 100m, o que afeta 749,15m² do terreno da Orquídea. Por outro lado, esse terreno está na zona de amortecimento da APA-BG que envolve uma faixa de 100m para além dela.

(...) porque aquela casa ali é a *casa 51*, né? (...) tem ser vivo ali dentro do morando, né? Que então, *se a gente não quer que ninguém vá da nossa casa, por que a gente vai invadir a casa do outro?* (...) estão morando ali uns animais, vários tipos uns fungos, tudo é ser vivo, não é? Então é a mesma coisa (...) Se a gente quer ter um espaço, quer ter uma casa, quer ter um lugar, um lugar que seja seguro para nós, porque que a gente vai levar insegurança para os animais? É isso que a gente quer, que as pessoas entendam que aquilo ali não é uma área para fazer churrasqueira. Tem ser vivo morando ali. *A gente tem que respeitar o espaço deles, né?* (COSTA, 2022, p. 17 - Itálico da autora).

Desde essa concepção de mundo e prática, o cercamento imposto não encontrava sentidos para a Orquídea. O seu questionamento, portanto, não decorria só por razões financeiras, o que também se justificaria pelos poucos recursos da comunidade; nem só por razões estéticas, o que também se explicaria, já que isso iria “ficar uma coisa bem feia, bem estranha”, segundo a referida narradora (COSTA, 2022, p.23). Sobretudo, esse questionamento se dava de uma recusa à concepção de mundo que aparta natureza e ser humano, colocando esse segundo como *agressor irremediável*.

Essa recusa, contudo, não se mostrava inocente aos conflitos que potencialmente dela emanavam. Se reconhecia que, apesar da idealização da *Casa 51* como impenetrável, desejos expressos por alguns de usufruir a área representavam ameaças à sua preservação, o que permitiria questionar a eficácia de um simples simbolismo para coibir o acesso e o uso da área. Diante disso, apontavam que qualquer medida, além de educação ambiental, exigiria uma gestão coletiva amparada por *regras* que estipulassem punição financeira e/ou moral:

a ideia era que *não cerque*, né? Mas daí vai depender da comunidade para a gente poder deixar aberta (...) deixar aberta para a pessoa ir lá incomodar o bichinho, então é infelizmente.

Porque a gente vai fazer *documento* tudo direitinho para se certificar que ninguém vai entrar, não é? Todo mundo vai assinar um *documento*, se eu for lá e fizer uma coisa errada, a comunidade toda vai pagar. Então, vai responsabilizar *todos a partir de um*, né?

Todo mundo vai ter que cuidar de todo mundo, porque se um fizer, todos vão pagar (...). Então, a pessoa que vai fazer alguma coisa errada tem que *pensar que ela não vai estar só* (...) como que essa pessoa que não cumpriu vai se *sentir*, se ela fizer alguma coisa que todos tenham que pagar? (...) Eu não vou querer ficar mal com a comunidade.... E aí aquele que fez *não vai ficar bem-visto* pelos outros? (COSTA, 2022, p.23 - Itálico da autora).

A Orquídea, assim, já expressava consciência coletiva sobre a importância das Terceiras Paisagens, não dependendo de especialistas (CLÉMENT, 2019-a). Por si só, borrava a ideia de limite e fazia isso desde lógicas integrativas e, naturalmente, dinâmicas, complexas e conflitivas. Esboçava modos próprios e possíveis de gestão, se contrapondo aos que são constituídos pela força e pela adoção de modelos ou padrões.

Cercos

A discussão sobre cercos, especialmente como modos de preservação, mobilizava reflexões na comunidade, era uma demanda da realidade vivida. Partindo disso e de uma das exigências da referida Licença Ambiental, nasceu um programa de educação ambiental. Esse tinha como meio e fim a constituição de uma cerca-outra, expressa em um plano participativo de uso e gestão da área.

Para além do tradicional enfoque de proibição de captura da fauna e flora, separação de resíduos ou aspectos legais, esse plano buscava também refletir sobre outras cercas e sobre as condições de abandono físico e social que elas impunham ao viver individual e coletivo, na Orquídea e fora dela. Buscava-se, portanto, promover reflexões sobre a realidade, criando condições para atuar nela e transformá-la (FREIRE, 2013).

Nesse contexto, didaticamente, o cercar foi tomado como limite, abordando-o em perspectivas diferentes: como reprodutor de visões de mundo que, historicamente, apartam o humano do natural; e como medida que, potencialmente, poderia suportar contradições ético-políticas.

A discussão da passagem do ideal iluminista, com sua natureza *selvagem-hostil* e seu humano *observador-governante do mundo*, ao ideal da ecologia humanista, com o humano visto como *participante-dependente* dos ecossistemas em se insere (MILANI, 2020), permitiu desdobrar questionamentos. Se os muros dos antigos jardins buscavam conformar recintos controlados por humanos, afastando a natureza inimiga (AURELI; GIUDICI, 2022), o cerco à mata não estaria agora tomando o humano como o próprio inimigo? Não seria possível construir uma relação humano-natureza permeada pela aceitação do diferente e pela solidariedade igualitária, sem imposição da força, como anuncia os próprios princípios da Orquídea?

Por outro lado, as discussões sobre as legislações federal e municipal, que não impunham o cercamento⁹ e que abriam exceções ao veto de uso de APPs, permitiram questionar a legitimidade das exigências impostas à Orquídea. Por que cercar, se isso, nem sempre, era demandado a condomínios de alto padrão de Gravataí? Por que vetar usos, se intervenções leves, como pequenas trilhas, poderiam ser benéficas à relação humano-natureza? Essas exigências não trariam subjacentes o juízo de que, em decorrência do recorte geográfico e social da comunidade, ela seria incapaz de ter boas condutas ambientais? Por pré-conceito, não estaria sendo ignorada a sensibilidade e inteligência da comunidade no processo de ocupação daquele lugar?

Esses questionamentos impulsionaram o reclame pelo direito de experimentar outros cercos e usos. Essa experimentação deveria contemplar negociações entre os próprios *orquideanos(as)* e os seus resultados, em última instância, instrumentalizar esses(as) a negociar com a Prefeitura as referidas imposições legais.¹⁰

9 Segundo a Lei Ordinária n° 3565/2014 de Gravataí, a legislação sobre uma APP recorre ao que está definido na Lei Federal n° 12.651/2012 (CMG, 2014), onde o cercamento não é uma imposição.

10 Sinteticamente, foram realizados quatro encontros, entre 25 de junho e 06 de agosto de 2022. Guiados pelo conceito de objetos-de-fronteira (TROMPETTE; VINCK, 2009), buscou-se borrar os limites ou construir pontes entre saberes arquitetônicos e de outras áreas de conhecimento, bem como entre esses saberes acadêmicos e os locais, fazendo emergir conhecimentos coletivos, um comum. Para maiores informações, consultar Costa (2022).

Espessuras

“Linha Retta: Linha sem imaginação” (QUINTANA, 1987, p.666)

“Quando pensamos e observamos algo abandonado, é necessário que utilizemos nossa imaginação simbólica e espacial.” (ROCHA, 2008, n.p.)

Limites são expressos graficamente por linhas, muitas vezes, retas. Nelas, contudo, nada cabe, nem imaginação, nem vida, nem incertezas ou contradições. Para caber mais, limites precisam se alargar, assumir espessuras. Ser borda ou margem.

Voltamos, então, à referida área remanescente entre a via de circulação interna e a mata da Orquídea. Ali, uma borda já se ensaiava em forma de abandono. O abandono seria a cerca-outra. A ela seriam dados contornos virtuais, definidos por acordos coletivos de como usá-la e por simbolismos já estabelecidos. Ela seria o muro imaginário da Casa 51, mas um muro alargado e poroso, com portas e janelas nunca fechadas, permitindo intercâmbios entre humanos e não humanos, entre o antropizado e o natural. Por isso mesmo, seus contornos físicos seriam ainda imprecisos e dinâmicos, mas nunca diminuídos.

Apesar de uma aparente precariedade e fragilidade, ela seria, antes de tudo, um território livre, para que se pudesse experimentar e (re)inventar outros modos de cercar. Como observa Rocha (2008, n.p.), é na dimensão livre dos abandonos que “podem surgir todos os tipos de conceitos, de propostas, de projetos e de tudo mais que se queira fazer ou desfazer.”

Gozando dessa liberdade, ali todas as formas de vida teriam seus legítimos lugares, inclusive as que, por construções culturais, são tidas como menores, diferentes ou marginais. Todos os humanos, indiferente aos marcadores de classe, raça, gênero, etc. Todos os não-humanos, das espécies classificadas como nobres (e comerciais) às que são tomadas como vagabundas: os vira-latas, os sem-raça-definida, os matos e as ervas daninhas. Todos, sem mandantes e subordinados, sem hierarquias, mas sempre em disputas e mediações.

Sendo tantos e diferentes em seus valores e dinâmicas, o belo a emergir ali não poderia ser desejoso de perfeição e padronização. Imperfeições, assimétricas, mutações e diversidades, comumente associadas ao abandono e desleixo, comporiam um belo-outro, entendendo que a beleza e a feiura não estão nos objetos, mas nas relações estabelecidas com eles (BARATA-SALGUEIRO, 2019; ECO, 2007).

Com esse conteúdo estético-ético, a ação sobre essa espessura perseguiria algo entre intervir e não-intervir. Seria um gesto sutil, buscando não afetar vidas ali operantes. Também seria um gesto efêmero ou nunca acabado, lento, para que, da observação das livres apropriações e naturais mutações ao longo do tempo, o território se colocasse em contínua avaliação, (re)invenção e (re)construção. (CLÉMENT, 2019-a; SOLÀ-MORALES, 2009; LEFEBVRE, 2001).

Essa espessura, portanto, não seria um território *colonizado*, ordenado e com formas e usos definitivos, pela ação exclusiva de um(a) arquiteto(a). O que permanecer-extirpar-cultivar ou preservar-demolir-construir seria uma reflexão-ação coletiva e contínua. Movimento e incertezas. (CLÉMENT, 2019; SOLÀ-MORALES, 2009).

Um projeto não-projeto

Sábado, sala cheia na Orquídea. Quarto encontro de discussão sobre a APP. Um projetor tatua na parede uma implantação. Manchas. Verde: mata ou APP; Vermelho: a sua cerca-borda.

No verde, refúgio e em contínua regeneração. Território passivo, com alguns intercâmbios. Para dinamizar seu crescimento, gestos de vida – replantio de clareiras com espécies com ciclos distintos (rápido, médio e longo) –; e gestos de morte – corte de espécies invasoras ou doentes que comprometiam o surgimento de novas –. Embate. Para ampliar a relação entre espécies – pequenas trilhas educativas, em benefício de deixar ver, deixar tocar e ser tocado, pelo que aquele ambiente podia ensinar. Essas trilhas seriam também artifícios apaziguadores de conflitos, diante daqueles que contestavam a proibição de acesso e uso da área. Grupos com número restrito, horários marcados, condução ambiental por guias da própria comunidade desenhavam um cercamento virtual necessário e a ser avaliado ao longo do tempo. Provisório.

Na espessa cerca, em vermelho, usos, nunca ocupações. Seria ali um lugar de ligação ou comunicação entre as vidas da mata e as da Orquídea. Isso permitiria colocar em sinergia quatro possíveis dimensões conceituais para a cerca-outra da Orquídea: Ecológica, Produtiva, Pedagógica e Co-construída¹¹.

Como Cerca-Ecológica, seria ali um *jardim em movimento*. Novas espécies seriam introduzidas em meio às existentes, mas se acataria desaparecimentos, novos surgimentos, hibridizações, compondo um belo-outro, rico em diversidade. A contínua observação dessas dinâmicas da vida é que conduziria qualquer intervenção, agindo *com* e não *contra* elas. As espécies a serem introduzidas seriam frutíferas, para que essa cerca fosse também uma Cerca-Produtiva, mas essas seriam frutíferas nativas, evitando que competissem com a vegetação da APP, pelo contrário, reforçassem a sua trama. Entre essa dimensão ecológica e produtiva, seria priorizada a primeira, abdicando da ordem vigente que insistente em transformar o inculto, o baldio, o vazio em cultivado e/ou edificado (SOLÀ-MORALES, 2009).

Essa cerca seria um laboratório de uma estética-ética outra, cuja experiência poderia fazê-la também uma Cerca-Pedagógica. Ela poderia dar suporte a práticas contínuas de educação ambiental (cursos, oficinas/ateliês, caminhadas, etc.) que zigzagueassem pela borda e mata. Nos percursos a explorar, seriam evidenciadas suas atmosferas: suas luzes-sombras, abandonos-cuidados; sua vegetação diversa – existente, introduzida, regenerada, insurgente –; seus ritmos de vida – brotação, floração, frutificação, perda e surgimento de folhas –, marcando as estações do ano e a passagem do tempo. Desde uma sensibilização, a fragilidade e dependência desse sistema seria ensinada-aprendida, despertando sentidos de cuidado.

O projeto dessa cerca ecológica-produtiva-pedagógica, contudo, exigiria o enfrentamento de carências. Faltavam recursos para comprar mudas nativas e, como exigido pela Licença Ambiental, mudas com 1,5 m. de altura! Faltava capacitação técnica para definir onde, o que e como plantar e manter. Faltava capacitação para guiar e ensinar. Com os poucos recursos humanos e materiais disponíveis, o erguer a cerca-outra exigia dismantelar outros cercamentos e abandonos.

¹¹ Se inspira no projeto do *Epinay - Parc de la Reserve* (Paris, 2019), desenvolvido pelo coletivo francês Coloco, que tem fortes relações com Clément.

Seria necessário buscar se solidarizar com *outros*, romper os muros da Orquídea e alcançar ecossistemas maiores. Se assim, essa cerca também necessitaria ser uma Cerca Co-Construída! Seria plantada e gerenciada em práticas cotidianas da própria comunidade, mas também em atividades eventuais, mobilizando vizinhanças, escolas e associações, bem como parceiros públicos ou privados (financiadores ou não), para a implementação de projetos que, além de preservar uma mata da Orquídea, levassem a uma consciência ecológica comum.

Fim da reunião. As manchas verde e vermelha tatuadas na parede se apagam. As ideias por elas representadas foram convertidas em palavras, documentadas no plano de Uso e Gestão da área entregue à comunidade.

Ele se efetivará como planejado? Talvez sim, talvez por um tempo determinado, talvez nunca ganhe corpo, mas, ainda assim, é uma fagulha a alimentar sonhos que, na tentativa de construir alternativas para vidas humanas e não-humanas atravessadas por abandonos, tensiona o que se impõe.

Provisório ou notas finais

A ordem simples de cercar uma mata pertencente à comunidade carente e periférica é tomada aqui como uma oportunidade para refletir sobre a ideia de limite e sobre os abandonos dela decorrentes. Assim como em outras escalas territoriais, vê-se ali a sobreposição de abandonos ambientais, sociais e físicos, sutilmente perpetuados por ordens de interesses dominantes que se baseiam em visões de mundo excludentes.

A contestação dessas ordens, portanto, possui uma dimensão política e também utópica, já que reclama por uma ética-estética que não corresponde às vigentes. A utopia aqui não diz respeito à idealização de um futuro harmonioso, nem à reconstrução de um passado perdido. Ela se refere a um sonho, um desejo de *vir a ser*, construído como alternativa aos conflitos cotidianos do presente e que acata esses mesmos conflitos como condição inescapável do viver.

A cerca-outra construída pela Orquídea é, portanto, uma utopia política. Desobedece a ideia histórica de limite, linear e preciso, para assumir uma espessura que, em oposição ao excluir, busca acolher diversas formas de vida e seus contínuos embates. Prospectando a sinergia entre possíveis dimensões ecológicas, produtivas, pedagógicas e autoconstruídas, ela tenta ressignificar exclusões e, conseqüentemente, abandonos.

A despeito de ensaiar essas possibilidades, essa cerca não é definitiva e nem pretende ser um modelo a seguir. Ela se apresenta ainda um *provisório*, um derivante no tempo, que suporte as incertezas do viver, com seus conflitos e sonhos a emergir. Um eterno (re)inventar-construir.

Agradecimentos

Esse ensaio não seria possível sem a interlocução com o *ecossistema* Orquídea, com os(as) estudantes de P2 e ainda com o TransLabUrb, o engenheiro Álvaro Meneguzzi e o biólogo Vili Saldanha, profissionais de outras áreas que se juntaram a nós nessa caminhada. Os afetos construídos com eles não possuem limites, transbordam essas páginas e me tiram dos abandonos impostos pela vida.

Referências

AURELI, Pier Vittorio; GIUDICI, Maria. Gardeners' world: a short history of domestication and nurturance. *The Architectural Review*. 20 jan. 2022. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/ecology/gardeners-world>. Acesso em: 15 set. 2022.

BARATA-SALGUEIRO, Teresa. Posfácio – conhecer os vazios na cidade. In: E. Brito-Henriques, C. Cavaco, & M. Labastida (Eds.), *Ruínas e Terrenos Vagos: explorações, reflexões e especulações*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. Posfácio, p.84-87.

BRASIL. *LEI Nº 9.985*, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. *LEI Nº 12.651*, 25 mai. 2012. (Código Florestal Brasileiro). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ (CMG). 15 dez. 2014. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-3565-2014-245974>. Acesso em: 15 set. 2022.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLEMENT, Gilles. Manifesto da Terceira Paisagem. *Paisagem Textos*, São Paulo, v. 4, n. 1, ago./2019-a, p. 10-46.

CLEMENT, Gilles. O Jardim em Movimento. *Paisagem Textos*, São Paulo, v. 4, n. 1, ago./2019-b, p. 46-105.

COLOCO. *Epinay - Parc de la Reserve*. Disponível em: <https://www.coloco.org/projets/epinay-parc-de-la-reserve/>. Acesso em: 15 set. 2022.

COSTA, Ana Elísia da. *Educação-Ação: educação ambiental para por um Plano Participativo de Gestão* (Apostila). Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253859>. Acesso em: 14 fev.2023.

ECO, Umberto. *História da Feiura*. Record: São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação - Episódios do racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O Direto à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MILANI, Livia. Gilles Clément e Piet Oudolf. Confronto tra i giardinieri umanisti. *Artribune*. 4 jul. 2020. Disponível em: <https://www.artribune.com/professionisti-e-professionisti/who-is-who/2020/07/gilles-clement-piet-oudolf-giardini-ecologia/>. Acesso em: 15 set. 2022.

PEREIRA Viviane Camejo. *Parecer Técnico Ambiental da área*. Gravataí, 2014 (Não publicado).

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (PMG-FMMA). Licença de Instalação - Orquídea (018/2019). Gravataí, 2019.

QUINTANA, Mario. Da Preguiça como Método de Trabalho, 1987. In CARVALHAL, Tania F. (org.). *Mario Quintana. Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

REYES, Paulo; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos: o projeto narra. In: JACQUES, Paula B.; PEREIRA, Margareth S.; CERASOLI, J. F. (Orgs.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo III - Modos de narrar*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 254-271.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (RS-SEMA). *Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande*. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-do-banhado-grande>. Acesso em: 15 set. 2022.

ROCHA, Eduardo. Os lugares do abandono. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 097.06, Vitruvius, jun. 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/137>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Terrain Vague*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.

SUESS, Paulo. O bem viver dos povos indígenas como crítica sistêmica e alternativa de um mundo pós capitalista. IN: XIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL FILOSÓFICO-TEOLÓGICO. Belo Horizonte, FAJE, 2017. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/simposio2017/arquivos/seminarios/O%20bem%20viver%20dos%20povos%20indigenas%20Paulo%20Suess.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. Gilles Clément e o jardim planetário. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 002.03. Vitruvius, jul. 2000. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.002/997>. Acesso em: 15 set. 2022.

TROMPETTE, Pascale; VINCK, Dominique. “Retour sur la notion d’objet-frontière”. *Revue d’anthropologie des connaissances*, v.3, n.1, p.3-25. 2009.